***Ata da sexta reunião Ordinária do terceiro período de reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da sessão legislativa de dois mil e um***

*Aos vinte e sete dias do mês de março do ano em curso, reuniram-se no Plenário Dr. Orlando Haddad, os vereadores: Álvaro Eustáquio Pedrosa (Presidente); - Daniel Costa (Vice Presidente); - Paulo Antônio Cerqueira (Primeiro Secretário); - Luiz Antônio Bastos de Andrade (Segundo Secretário); - Teresa Anete Fernandes Celani ( Primeiro Tesoureiro); - Wladimir Luz Andrade (Segundo Tesoureiro); – Anderson Marques; - Antônio Carlos Nogueira; - Antônio Marcos Possato; - Edson Alves de Abreu; - Ennio Mendes de Siqueira; - Evandro Castanheira Lacerda; - Hélio Mateus da Silva; - José Eugênio de Oliveira; - Maria Elizabete Fernandes Ciociola; - Sebastião dos Santos Vieira; - Vicente Naime. – A ata da reunião anterior foi lida e aprovada. O Vereador Primeiro Secretário procedeu a leitura das correspondências recebidas as quais encontram-se a disposição dos interessados arquivada junto a Secretaria da Casa. ORDEM DO DIA – EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - Projeto de Lei n.º 006/01 – Autoria do Chefe do Executivo. – "Autoriza a encampação dos serviços de implantação, operação e controle de vagas de estacionamento rotativo "Área Azul", dados em concessão à empresa Comercial Riccio de Jornais e Revistas Ltda." Fiz uso da palavra o vereador Evandro Castanheira Lacerda, que solicitou regime de urgência para votação da matéria. Dizendo que o assunto é exaustivo e que a própria Câmara solicitou para que fosse rescindido o contrato para resolver os problemas e que a própria prefeitura ira administrar o mesmo. Em discussão o pedido de urgência, fez uso da palavra o vereador Luiz Antônio Bastos de Andrade, salientando ser contra o regime de urgência e que fez parte da Comissão da Área Azul, disse que o que está no Projeto é simplesmente uma toca de nome da Ricto pela Prefeitura, e que gostaria de saber sobre todos os pontos e locais que vão ser reestudado já que não teve conhecimento sobre este assunto. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda, disse que a reunião com o Chefe do Executivo foi para explicar a questão do IPTU e sobre o Projeto da Área Azul e que todas as reivindicações foram colocadas no relatório para que se acabasse com o sistema, sendo informado que a Assessoria Jurídica da Prefeitura estudou o contrato e o mesmo não poderia ser cancelado e se fosse feita nova licitação ou entrega do sistema para outro órgão administrar já que por Lei não pode ser feito e que a rescisão do contrato somente poderá ser feito se a Prefeitura*

*acampar o serviço, tecendo comentários a respeito da receita do mesmo. Disse o vereador que todos sabem que no centro da cidade não pode ficar sem o sistema e que a Comissão e o Superintendente de Trânsito, vão estudar o que poderá ser feito no sentido da retirada do estacionamento em algumas vias, dizendo que foi solicitado para que meninos efetuassem a vendas de talonários, uma melhor capacitação do pessoal envolvido na fiscalização e tempo de carência para utilização das vagas, tudo discutido com o Prefeito, disse o vereador que a rescisão do contrato com a Riccio foi muito boa para o Município, porque demandaria valores de pagamento das multas contratuais e que o Prefeito conseguiu com a Empresa que a multa contratual não fosse cobrada. O Vereador disse que o que a Prefeitura está pagando hoje é justamente a infra estrutura que a empresa gastou para a colocação de placas e que o restante diz respeito as verbas recebidas pela administração anterior e que não foram repassadas a empresa, dizendo que pelo que foi exposto pelo Prefeito e pelos números apresentados foi uma boa negociação para a rescisão do referido contrato. Vereador Ennio Mendes de Siqueira, disse que votaria contra Área azul, que não daria mais um cheque em branco com efeito futuro, que votaria contra o regime de urgência e contra o Projeto, solicitando para que a votação do mesmo fosse nominal. A vereadora Maria Elizabete Fernandes Ciociola, disse que não participou da referida reunião, mas que quando acontecer reuniões importantes que fosse feito um relatório pelos participantes para que os demais vereadores tivessem acesso aos assuntos discutidos na mesma o que facilitaria muito na discussão e votação dos Projetos, sugerindo que se o mesmo fosse aprovado que fosse feito pelo Prefeito um compromisso por escrito, já que na justificativa do Projeto existem duvidas como por exemplo, como será gerênciada esta atividades e em beneficio de que setor, quais são as prioridades, dizendo da idéia de se interromper por um período a questão da Área Azul para avaliar o que será feito, dizendo que gostaria que o Projeto fosse aprovado mas que fosse feito um compromisso por escrito do chefe do executivo de vir a Câmara e justificar fazendo uma avaliação sobre as atividades do sistema desta forma sendo a favor do Projeto. O Vereador Antônio Marcos Possato, disse que encaminhou ao Assessor Jurídico uma relação das ruas a serem retiradas do sistema e colocaria também a disposição dos vereadores para que fossem analisadas outras vias a serem também revista, já que segundo a Assessoria do Prefeito o sistema funcionaria somente nas vias principais da cidade. Em discussão o pedido de regime de Urgência e como nenhum vereador manifestou o mesmo foi colocado em votação sendo*

(9)

*aprovado menos os votos dos vereadores: Luiz Antônio Bastos de Andrade; Ennio Mendes de Siqueira e Maria Elizabete Fernandes Ciociola. Em discussão o Projeto em Regime de Urgência, fez uso da palavra o vereador Evandro Castanheira Lacerda que solicitou que fosse constado em ata a seguinte afirmação: A Prefeitura rescindiu o contrato com a Riccio firma que explora a Área Azul, se este Projeto for aparovado por esta casa, a Prefeitura poderá encampar a Área Azul, não poderá licitar novamente ou dar para uma Instituição de caridade receber e fazer a Área Azul, que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal como na Lei de Licitações. Disse o vereador que aprovando o Projeto, compromisso solicitado pela Câmara ao Prefeito, que ao iniciar a Área Azul que se inicie diminuindo o numero de ruas onde não existe necessidade do sistema e que os cobradores da Área Azul, façam a venda dos talonários, já que é a maior reivindicação da Câmara e da população e que os valores sejam os mesmos. O Presidente solicitou ao vereador Primeiro Secretário, que procedesse a chamada dos senhores vereadores para votação nominal do Projeto. Álvaro Eustáquio Pedrosa: sim a favor; - Daniel Costa: disse que se for para rescindir o contrato com a Riccio sim; - Evandro Castanheira Lacerda: sim para que não fique nas mãos da Riccio; - Edson Alves de Abreu: Sim, para que seja rescindido o contrato com a Riccio e o dinheiro fique na nossa cidade; - Antônio Marcos Possato: a favor do Projeto desde que a cobrança seja feita apenas na área central da cidade; - Ennio Mendes de Siqueira: contra o Projeto porque tem medo que seja aumentado o numero de ruas e quem vai pagar o Pato são os senhores vereadores; - Maria Elizabete Fernandes Ciociola: Seu voto é não porque não está esclarecido uma série de duvidas que deixa confusa a população; - Vicente Naime: Seu voto é a favor; - Sebastião dos Santos Vieira: Favorável ao Projeto porque esteve na reunião e que todas as duvidas que teve foi esclarecido e está seguro; - Hélio Mateus da Silva: A favor do Projeto mas tem que ser retirada as ruas: Rui Barbosa; Chagas Dória; Dona Inácia; Melo Viana; Lourenço Menicucci e Misseno de Padua; - Antônio Carlos Nogueira: É a favor e que seja cancelado o contrato com a Empresa Riccio; - José Eugênio de Oliveira: Totalmente a favor, achando que veio em boa hora, principalmente por ter rescindido o contrato com a Riccio; Teresa Anete Fernandes Celani: Voto é sim, levando-se em consideração o excelente acordo que foi feito com a Riccio; - Anderson Marques: Votou a favor, parabenizando o Prefeito pela rescisão do contrato com a Riccio; - Luiz Antônio Bastos de Andrade: Voto não, por achar que o Projeto está incompleto: Paulo Antônio Cerqueira: votou sim ao Projeto, dizendo*

*que ele causou muita polêmica e o que está sendo feito é no sentido de melhorar o que ficou de errado no Projeto anterior. Projeto foi aprovado, quatorze votos a favor e três contra. - Projeto de Lei n.º 007/01 – Autoria do Chefe do Executivo. – "Autoriza o Chefe do Executivo a conceder anistia do recolhimento de juros e multas incidentes sobre os débitos de IPTU no período de janeiro de 1966 a dezembro de 2000, inscritos em dívida ativa e dá outras providências. Projeto com emenda apresentada pelo Vereador Ennio Mendes de Siqueira. O Vereador proponente informou que a emenda diz respeito proposta do Chefe do Executivo quando de uma reunião para debater o assunto com vários vereadores, comprometendo-se naquela oportunidade de nomear uma comissão para estudar com a população assuntos referentes ao IPTU e que sua emenda diz respeito a proibição da nomeação de parentes Prefeito, Vice Prefeito e de Vereadores até terceiro grau, na referida comissão. Fizeram uso da palavra os vereadores: Teresa Anete Fernandes Celani; Paulo Antônio Cerqueira; Luiz Antônio Bastos de Andrade e Antônio Marcos Possato. O Vereador Presidente informou ao Plenário que encontrava-se em seu poder uma relação constando os nomes dos membros da referida Comissão, composta por: Amadeu Pinheiro Neto (Presidente); Alexsandre Azevedo; Aliandra Januário, tendo como Suplentes: Cleusa Maria Pereira; Eveli Pinto Freitas Penha e Maria Célia de Oliveira Neri da Silva. . O Vereador Primeiro Secretário procedeu a leitura da emenda que passou pela Comissão de Legislação de Justiça que deu parecer pela competência. Em discussão o parecer da referida comissão e como nenhum vereador manifestou a mesma foi colocada em votação sendo aprovada. Em discussão a emenda e como nenhum vereador manifestou a mesma foi colocada em votação sendo aprovada. Em votação o Projeto com emenda, o vereador Paulo Antônio Cerqueira solicitou regime de urgência para votação da matéria. A vereadora Maria Elizabete Fernandes Ciociola, disse se havia algum motivo especial para votação da matéria com emenda, já que existe alguns pontos não estão claros, não sabendo o porque de regime de urgência numa matéria que pode esperar mais um pouco. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira, disse que seu pedido vem de encontro aos interesses de alguns devedores que poderiam de imediato quitar suas dividas. Fizeram uso da palavra os vereadores: Ennio Mendes de Siqueira; Sebastião dos Santos Vieira; Antônio Marcos Possato; José Eugênio de Oliveira; Paulo Antônio Cerqueira e Teresa Anete Fernandes Celani, todos tecendo comentários a respeito do Projeto. A vereadora Maria Elizabete Fernandes Ciociola, disse que tem duvidas, já que o Chefe do Executivo informou*

*que o dinheiro que ele não vai usar já está compensado pela contenção de gastos, dizendo que o mesmo não explica em que, dizendo que desta forma está acontecendo o mesmo que aconteceu coma Área Azul, questionando de onde o Chefe do Executivo vai tirar esta verba que já está registrada. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda disse que ninguém sabe o cadastro e que a Comissão a ser criada, terá o trabalho de se montar um processo para resolver caso a caso já que muitos contribuintes já efetuaram seus pagamentos que poderá ser parcelado em até três vezes sem acréscimo. A vereadora Maria Elizabete Fernandes Ciociola, disse que no Projeto isto aqui fica nebuloso sendo um incentivo as pessoas a não pagarem o Imposto daqui para frente. O Vereador Luiz Antônio Bastos de Andrade, disse da necessidade de se discutir o assunto, falou que já perguntou o Secretário de Finanças, sobre quem são os maiores devedores do IPTU em Lavras, que gostaria de saber através de uma relação da Prefeitura está informação, tecendo comentários sobre o assunto. O Presidente colocou em votação o pedido de regime de urgência e como mais nenhum vereador manifestou o mesmo foi colocado em votação, sendo aprovado, menos os votos dos vereadores: Maria Elizabete Fernandes Ciociola e Luiz Antônio Bastos de Andrade. Em discussão o Projeto em Regime de Urgência, fez uso da palavra o Vereador José Eugênio de Oliveira, disse que devemos olhar principalmente o lado das pessoas menos favorecidas que estão querendo colocar seus débitos em dia. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que tem cerca de Quatorze mil carnes atrasado e que noventa por cento é da população carente, que pelo exposto é a favor do Projeto que beneficiará muito mais a população que a Prefeitura. A Vereadora Maria Elizabete Fernandes Ciociola, solicitou informações a respeito de Comissão encarregada de efetuar estudos dos cálculos foi nomeada, sendo informada que foi no dia 27 de março de 2001,O Vereador Evandro Castanheira Lacerda, disse que a Comissão constituída pelo Chefe do Executivo, terá a função de estudar caso a caso e que outra Comissão de Valores, após este trabalho deverá efetuar os cálculos dos valores venais, estudar o imóvel isso quando ele fizer a reavaliação do IPTU para 2002, que este não dá tempo porque herdamos do ano passado e no ano passado não existe nenhuma Lei aprovando a majoração de Impostos que o IPTU a partir do mês de junho, será o mesmo valor do ano passado e que esta comissão é para estudar só os casos e que a outra Comissão a ser formada, terá a participação de um vereador, dizendo que o Projeto é de suma importância, já que a Prefeitura não tem condições de saber a renda familiar de cada pessoa. O Vereador Antônio Marcos Possato, disse que*

*inicialmente estava a favor do regime de urgência, mas devido ao questionamento dos vereadores: Maria Elizabete Fernandes Ciociola e Luiz Antônio Batos de Andrade, que tinha mudado de opinião. O vereador Luiz Antônio Bastos de Andrade, disse que está claro que o Projeto de Lei, trata-se de anistia e que mais que queriam falar é anistia mesmo conforme texto do mesmo, dizendo que informações repassadas calcula-se que oitenta por cento está em debito com o IPTU, sendo boa parte de pessoas de baixa renda, mas que tem também entre estes pessoas graúdas sendo esta a questão. Como nenhum outro vereador manifestou a respeito o mesmo foi colocado em votação sendo aprovado, menos os votos dos vereadores: Maria Elizabete Fernandes Ciociola e Luiz Antônio Bastos de Andrade. A vereadora Maria Elizabete Fernandes Ciociola, solicitou que fosse constado em Ata seu voto em contrário e que fosse incluído os seguintes dados: em primeiro lugar contrário ao Regime de Urgência, e que estava questionando em nome do povo anistia desde 1996, juros e a correção vai beneficiar a quem, e em terceiro lugar gostaria de perguntar quem é que está pagando a conta , porque da maneira que está colocada e como se fosse o Projeto da Área Azul, cinqüenta centavos paga quem tem o carro e cinqüenta centavos paga a Prefeitura e nós votamos contra e que neste caso gostaria que fosse registrado que ela tem duvidas porque a Prefeitura ela está anistiando um grupo e a Prefeitura está cobrindo este débito com uma verba que o publico pagou, alegando a necessidade de ter mais informações para votar o Projeto. Disse que gostaria de afirmar que esta contenção de gastos que foi divulgada não foi especificada e se essa contenção de gastos prejudicou o serviço publico ela é contrária, salientando que não deveríamos aprovar este projeto neste regime de urgência, um erro não justifica o outro. O Vereador Luiz Antônio Bastos de Andrade, disse que faz dele as palavras da vereadora e que fosse constado em ata os mesmos argumentos da vereadora. – Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Antônio Marcos Possato. – "Suspende a eficácia das disposições da Lei 2.460 de 11 de dezembro de 1998, e dá outras providências". Projeto com vista solicitada pelo vereador Ennio Mendes de Siqueira". Projeto com emenda apresentada pelo autor. O Vereador Primeiro Secretário Procedeu a Leitura da emenda ao Projeto. A Emenda passou pela Comissão de Legislação e Justiça que deu parecer pela competência. Em discussão o parecer da referida Comissão e como nenhum vereador manifestou o mesmo foi colocado em votação sendo aprovado. Em discussão a emenda fez uso da palavra o vereador Evandro Castanheira Lacerda, disse que o Projeto já está exautamente discutido, dizendo que*

*durante a reunião com o Prefeito foi colocado e discutido o assunto, esperando que sindicato, Prefeitura e Câmara, comecem a olhar com carinho a questão que envolve o IPSEMG. O Vereador Antônio Marcos Possato disse que a emenda foi de sua autoria através de consenso dos vereadores e do Prefeito e Secretários que compareceram a reunião. Luiz Antônio Bastos de Andrade, disse que votará favorável ao Projeto já que a questão é emergencial mas esperando que no final do ano não se tenha que votar nova prorrogação. Como mais nenhum vereador manifestou para discutir a emenda, a mesma foi colocada em votação sendo aprovada. Em discussão o Projeto com emenda. O Vereador Antônio Marcos Possato solicitou regime de urgência para votação da matéria. Em discussão o pedido de Urgência e como nenhum vereador manifestou o mesmo foi aprovado. Em discussão o Projeto com emenda em regime de urgência, fez uso da palavra os vereadores: Paulo Antônio Cerqueira que solicitou a todos que analisassem o assunto que é polêmico e que se fosse votado hoje ele seria contra o Ipsemg, solicitou que fosse feito um levantamento na região sobre as cidades que resolveram este problema e a maneira como foi solucionado. A vereadora Maria Elizabete Fernandes Ciociola, propôs que a Comissão de Legislação e Justiça fizesse uma programação de estudo para trazer uma proposta e que todos tivessem metas a cumprir com respeito a um cronograma das atividades de cada comissão da casa. Ennio Mendes de Siqueira, disse que não existe Projeto nenhum tramitando na Assembléia Legislativa sobre o assunto. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda, disse que manteve contatos com a Assembléia e que foi encaminhado e recebido pela Câmara um pacote de documentos a respeito do assunto. Sebastião dos Santos Vieira, teceu comentários a respeito do assunto. Antônio Carlos Nogueira, disse que como funcionário da Prefeitura daqui alguns anos vamos ter emprego mas não teremos salário. A Vereadora Teresa Anete Celani, disse que há necessidade do Prefeito estudar com os órgãos interessados uma proposta encaminhada por uma Agência bancária sobre o assunto, tecendo comentários sobre a carência, assistência de saúde e aposentadoria para os servidores do município. Como mais nenhum vereador manifestou a respeito o mesmo foi colocado em votação sendo aprovado. - Projeto de Lei n.º005/01 – Autoria do Chefe do Executivo. – "Altera a Lei n.º 2.245, de 29 de março de 1996, alterada pela Lei n.º 2.554, de 29 de agosto de 2000, que cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e dá outras providências". O Vereador Evandro Castanheira Lacerda solicitou Regime de Urgência para a matéria e como nenhum vereador manifestou o mesmo foi colocado em votação sendo aprovado. Em*

*discussão o Projeto em Regime de Urgência, e como nenhum vereador manifestou o mesmo foi colocado em votação sendo aprovado em regime de urgência. Projeto de Lei s/n.º - Autoria da Vereadora Teresa Anete Fernandes Celani. – "Institui o dia 12 de outubro Dia Municipal do Lavrense Ausente". Projeto vai para parecer das comissões permanentes. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria da Vereadora Teresa Anete Fernandes Celani. – "Cria Faixa Exclusiva para pedestre ( pista de Cooper) na Avenida Dr. Silvio Menicucci". Projeto vai para parecer das Comissões Permanentes. - PROJETOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Evandro Castanheira Lacerda. – "Dá denominação de rua João Batista Clemente". Projeto adiado para a próxima reunião ordinária. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Evandro Castanheira Lacerda. – "Dá denominação de rua Áurea Lúcia Florentino Soares" . Projeto adiado para a próxima reunião ordinária. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria de todos os vereadores. – "Dá denominação de rua Ovídio Bernardo da Silva". Projeto adiado para a próxima reunião ordinária. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Wladimir Luz Andrade. – "Institui a data de 10 de novembro Dia Municipal do Futsal". Projeto adiado para a próxima reunião ordinária. - PROJETOS COM PEDIDO DE VISTA: - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Anderson Marques. – "Institui a obrigatoriedade do uso da Bandeira Nacional nas salas de aula da rede publica municipal de ensino". – Projeto com vista prorrogada pelo autor. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Paulo Antônio Cerqueira. – "Modifica a redação do inciso I do artigo 4º da Lei 2.320, de 11 de abril de 1997, do parágrafo 2º e dá outras providências". – Projeto com vista prorrogada por solicitação do vereador Ennio Mendes de Siqueira. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Anderson Marques. – "Dá denominação de rua Jornalista Hipólito da Costa". – Projeto com vista prorrogada por solicitação do vereador Ennio Mendes de Siqueira. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Paulo Antônio Cerqueira. – "Fixa normas para o funcionamento de serviços de propaganda volante e dá outras providências". – Projeto com vista prorrogada por solicitação do vereador Antônio Carlos Nogueira. - PROJETOS SUSTADOS PELA MESA DIRETORA - Projeto de emenda à Lei Orgânica n.º 001/2001. – "Modifica a redação dos artigos 25, parágrafos 1º e 2º , 42, seus incisos e parágrafo único, acrescentando-se-lhe o inciso III e os parágrafos 1º , 2º , 3º, 4º ". Projeto continua sustado pela mesa diretora. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Antônio Marcos Possato. – "Autoriza o Sr. Prefeito Municipal a regularizar, no prazo máximo de 180 dias, áreas de*

*terras do município, utilizado, por autorização, por terceiros, e dá outras providências". Projeto aguardando informações da Prefeitura. Projeto continua sustado pela mesa diretora. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria da Vereadora Teresa Anete Fernandes Celani. – "Proíbe a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados( OGMs) no município de Lavras". Projeto continua sustado pela mesa diretora. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria de todos os Vereadores. – Dá denominação de praça Ennia Maria Godinho Siqueira Ávila Jacinto". Projeto continua sustado pela mesa diretora. - PROJETOS AGUARDANDO PARECER PELO PRAZO REGIMENTAL - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Antônio Carlos Nogueira. – "Autoriza o Executivo Municipal a conceder atualização de vencimentos dos servidores municipais". Projeto continua aguardando parecer pelo prazo regimental. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do Vereador Vicente Naime. – "á denominação de Ambulatório Médico Especializado José Furtini". Projeto continua aguardando parecer pelo prazo regimental. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do vereador Antônio Marcos Possato. – "Dá denominação de rua Maurício Andrade Rezende". Projeto continua aguardando parecer pelo prazo regimental. - Projeto de Lei s/n.º - Autoria do vereador Evandro Castanheira Lacerda. – "Autoriza os moradores da zona rural de Lavras a terem prioridade no sistema de marcação de consultas no município". Projeto continua aguardando parecer pelo prazo regimental. - O Presidente informou ao Plenário, que se encontravam no recinto os Srs. Carlos Gomes e Pedro Jorge, engenheiros representantes do Consorcio do Funil, convidando os mesmos para fazerem parte da mesa e prestarem informações a respeito das obras de construção da Usina do Funil. O Sr. Pedro Jorge, prestou informações a respeito dos contatos com as comunidades ribeirinhas cujas propriedades serão alagadas pela represa, tecendo minucioso comentários sobre os diversos contatos mantidos com a comunidade da Ponte do Funil no município de Lavras, informando sobre os acordos firmados com os moradores das áreas a serem alagadas e que os mesmos serão encaminhados para conhecimento e aprovação da Câmara Municipal e da Prefeitura. Fizeram uso da palavra os vereadores: Antônio Marcos Possato: disse que é necessário se ter conhecimento do documento e um contato com os membros da comissão da comunidade para que se possa analisar os interesses de ambas as partes. - Evandro Castanheira Lacerda: solicitou informações a respeito do Projeto. - Teresa Anete Fernandes Celani: Solicitou informações preliminares a respeito dos tópico do acordo firmado com a comunidade, se existe uma clausula no contrato com a empresa para*

*retirada da Ponte do Funil e seu aproveitamento e instalação em outro local. - Daniel Costa: solicitou informação sobre as pessoas que serão indenizadas. – Maria Elizabete Fernandes Ciociola: Disse que na sua opinião a comunidade da localidade deve ser ouvida no que diz respeito a mudança da ponte para outro local, se foi contratado um arquiteto urbanista para ajudar na construção das casas, sobre estudo visando a preservação do meio ambiente e se a comunidade tem conhecimento disso, se há possibilidade a pedido dos prefeitos da região do maquinário ir até Ribeirão Vermelho e retirar a ponte que se encontra dentro do leito do rio grande levada pela enchente de 1992. - Paulo Antônio Cerqueira: sobre a retirada da madeira da área a ser alagada, qual o estudo realizado para a continuidade das atividades profissionais dos moradores ribeirinhos a serem deslocados para outra área e se existe algum plano para atividades turística ao longo do lago a ser formado. Como mais nenhum vereador manifestou o Presidente agradeceu as presenças dos representantes do Consorcio pelas informações prestadas a respeito das referidas obras. Não havendo mais nada a ser tratado, o vereador Primeiro Secretário, procedeu a chamada dos senhores vereadores para termino de sessão e o Presidente em nome de Deus encerrou a presente reunião.*

*Álvaro Eustáquio Pedrosa*
*Presidente*

*Paulo Antônio Cerqueira*
*Primeiro Secretário.*